



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 9/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM QUINZE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos quinze dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----O Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS não esteve presente na reunião devido a compromisso profissional, tendo a Câmara por unanimidade considerado a falta justificada .-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 1/04/2015, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

subdelegadas nos Vereadores.-----

-----Informou ainda que se encontra em apreciação pública pelo período de 30 dias a contar de 2 de abril, conforme aviso nº.3587/2015 publicado no Diário da República, 2ª. Série nº. 165, o Projeto de Regulamento Município Presente.-----

-----Mais informou a publicação da seguinte legislação:-----

-----Lei nº. 22/2015, de 17 de março – Quarta alteração à Lei nº.8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.-----

-----Decreto-Lei nº.48/2015, de 10 de abril – Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei nº. 366-A/97, de 20 de dezembro, no sentido da introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na atualização das capacitações e das objetivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.-----

-----Portaria nº. 104-A/2015, de 10 de abril – identifica os elementos que devem acompanhar o pedido de autorização conjunta para a instalação ou alteração significativa das grandes superfícies comerciais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 69, referente ao dia 14 de abril que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS:----

-----Foi presente o circular ref. 319/C, de 25/03/2015, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL) a manifestar o seu profundo desagrado às diretrizes “princípios orientadores, emanadas pelo Governo sobre os acordos de contratação coletiva na Administração Local, nomeadamente no referente ao período normal de 35 horas semanais, que irá obrigar a recomeçar todos os processos do zero.-----

-----Informa ainda que, em representação dos direitos sócio- profissionais dos seus associados reserva-se o direito de tomar todas as medidas, incluindo judiciais a esta atuação do Governo sobre a contratação coletiva na Administração Local e salvaguardar os princípios constitucionais e o próprio Estado de Direito Democrático.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-ENSINO PROFISSIONAL – Escola Profissional Beira Aguiçeira:-----

5.1.1. -Emissão de Parecer sobre Novos Cursos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício datado de 31/3/2015, da Escola Profissional Beira solicitando para efeitos de candidatura a Cursos Profissionais de Educação e Formação de jovens a emissão de parecer acerca da pertinência e necessidade no âmbito local e regional do Curso Vocacional – Ensino Básico (Cozinha/Mesa/Informática).-----

-----Adicionalmente remete uma declaração de intenções/protocolo relativamente à colaboração da Câmara, designadamente ao nível das práticas simuladas, o qual integrará ações relacionadas com o setor de atividade, revelando-se imprescindível para a candidatura aos cursos vocacionais. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Informa ainda que a declaração/protocolo não representa um carácter vinculativo, na medida em que a eventual colaboração no futuro, será abordada posteriormente, tendo por base a viabilidade e o interesse por parte da Câmara.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável e subscrever a declaração de intenções/protocolo.-----

5.1.2.-Processo Especial de Revitalização:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício ref.º 460, de 30/03/2015, da Escola Profissional Beira Aguireira . através do qual comunica que a EBA – Formação Profissional, Lda nos termos do disposto no art.º 17º-D, nº.1 do Código de Insolvência e de Recuperação de Empresas – CIRE:-----

-----Requereu junto do Tribunal da Comarca de Viseu – Viseu – Inst. Central – Sec. Comércio – J2, Proc.1566/15.6T8VIS, a instauração de um Processo Especial de Revitalização, prevista no Art.º.17º. –A a 17º.-I do CIRE, e que nos termos do Art.º. 17º.D, nº.1 do citado CIRE, deu início às negociações com vista à sua revitalização, nas quais convida a participar todos os credores, caso assim o entendam.-----

----- O despacho a que se refere o art.º. 17º. C, nº.3, al a) , que nomeia como Administração Judicial provisório o Sr. Dr. Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, com domicílio profissional na Rua Camões, nº.218 – 2º. Andar Sala 6, 400-138 Porto, foi publicado no portal CITIUS em 26/03/2015.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Grupo Associativo Recreativo Académico de Vila Moinhos – Novos Órgãos Sociais:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 10/03/2015, do Grupo Associativa Recreativo Académico de Vila Moinhos dando conhecimento da composição dos seus órgãos diretivos para o biénio 2015/2017, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 22/02/2015.-

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.1.2.-Velo Clube do Centro – 8ª. Maratona BTT de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 26/08/2014 e recebida a 31/03/2015 do Velo Clube do Centro dando conhecimento que vai organizar no próximo dia 18 de Abril a 8ª. Maratona de BTT de Mortágua, que tem por objetivo promover a prática do BTT e divulgar as potencialidades do Concelho para o mesmo. -----

-----Este evento tem atingido uma média de 800 participantes nas últimas edições sendo considerada um dos maiores eventos desportivos realizados no Concelho de Mortágua e uma das maiores maratonas BTT a nível nacional.-----

-----Assim, e considerando as avultadas despesas que acarretam estas ações solicita o apoio financeiro e logístico da autarquia para fazer face às mesmas, nomeadamente cedência da utilização do Pavilhão Polidesportivo e balneários das Piscinas.-----

-----O pedido foi apresentado nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, encontrando-se devidamente instruído e cumprindo os requisitos nele exigidos. -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2015/5027



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

“Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de dezasseis mil e setecentos euros (16.700,00 €) no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) com um saldo de quarenta e oito mil trezentos e trinta e sete euros e trinta e três centimos (48.337,33 €) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, prestar o apoio logístico necessário e atribuir um subsídio fixo de seis mil euros (6.000,00 €), acrescido de dez euros (10,00 €) por participante acima dos 400, a transferir mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o artº. 4º. o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

6.1.3.-Teatro Club de Mortágua – IMI do Centro de Animação Cultural:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada 1 de abril, do Teatro Club de Mortágua solicitando a comparticipação do valor de seiscentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e quatro centimos (644,54 €) referente ao pagamento da 1ª. prestação do IMI, conforme documento que anexa, do seu edifício denominado Centro de Animação Cultural, na Rua Padre Moderno, considerando que em 30/07/2008 foi o mesmo cedido ao Município, bem como todas as infraestruturas e equipamentos nele existentes, através de contrato de comodato pelo período de vinte e cinco anos a que acresce que aquela Associação não possui quaisquer receitas.-----

-----Considerando a natureza do pedido o subsídio não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2015/5027 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de dezasseis mil e setecentos euros (16.700,00 €) no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) com um saldo de quarenta e oito mil



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

trezentos e trinta e sete euros e trinta e três cêntimos (48.337,33 €) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a comparticipação do valor de 1.933,62€ referente ao pagamento das 3 prestações do IMI no corrente ano, e a transferir mediante a apresentação dos respetivos documentos de quitação.--

6.1.5.-Sporting Clube de Vale de Ações – Retificação Protocolo Apoio Atividade Desportiva:-----

-----O Senhor Presidente informou que se verificou a existência de uma discrepância no valor do subsídio atribuído na reunião de Câmara de 04/03/2015 Sporting Clube de Vale de Ações para apoio à atividade desportiva de futebol na época de 2014/2015 em relação ao valor atribuído em Reunião de Câmara de 05/11/2014 até ao final de 2014 e que foi objeto de Protocolo.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que fosse alterado o valor, deliberado na reunião de Câmara de 04/03/2015, do subsídio mensal de dois mil oitocentos e sessenta euro (2.860,00€), de janeiro a maio de 2015, para quatro mil euros (4.000,00 €) de modo a perfazer o valor atribuído no ano anterior para a apoio à atividade desportiva de futebol na época de 2014/2015, devendo proceder-se à correção do mesmo no respetivo aditamento ao Protocolo.

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2015/5027 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de dezasseis mil e setecentos euros (16.700,00 €) no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) com um saldo de quarenta e oito mil trezentos e trinta e sete euros e trinta e três cêntimos (48.337,33 €) .-----

-----Depois de apreciado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-ACÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-REDE SOCIAL:-----

7.1.1.-Viver Mais. Viver Feliz - Passeio dos Idosos:-----

-----O Senhor Presidente informou o Programa Municipal “Viver Mais. Viver Feliz!”, inscrito nas Opções do Plano do corrente ano, tem como objetivo estimular a vida ativa e quebrar o ciclo de solidão e isolamento que tantas vezes acompanha o idoso no seu quotidiano, por isso integra o já tradicional “Passeio dos Idosos” dado o seu acolhimento ao nível concelhio. -----

-----Assim, apresentou uma informação da Técnica de Ação Social do município em que propõe que se promova o Passeio no corrente ano, no dia 23 de julho, ao Jardim Zoológico de Lisboa, suportando o Município os encargos com o aluguer dos autocarros (8.586,00 €) e entrada no Zoo (5.400,00 €), cujo orçamento global se estima em treze mil novecentos e oitenta e seis euros (13.986,00 €), para uma eventual participação na ação de 600 idosos.-----

-----A despesa inerente à realização da ação tem cabimento no orçamento Municipal do corrente ano na rubrica 06020305 com um saldo de cento trinta e sete mil seiscentos e oitenta e seis euros e setenta centimos (137.686,70 €), sendo os respetivos procedimentos de ajuste direto desenvolvidos no uso da competência próprio do Presidente da Câmara.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade, aprovar a realização da atividade.-----

8.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

8.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

8.1.1. Relatório Anual de Incêndios do Distrito de Viseu:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Email nº. 257/15/SEPNA, de 7/04/2015, da GNR – Comando Territorial de Viseu através do qual remete o Relatório elaborado pela SEPNA deste Comando, sobre os incêndios florestais ocorridos em 2014 no Distrito de Viseu, registando-se que de 2006 a 2014 o Município de Mortágua é o 2º. Do Distrito com menor área ardido quer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

em povoamento (49,77 ha), quer em mato (32,61 ha).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

9.-ADMINISTRAÇÃO:-----

9.1.-APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO) RELATIVOS AO ANO DE 2014:-----

-----Nos termos da alínea i) do número 1 do artº.33º. da Lei nº 75/2013, de doze de Setembro, foram presentes os documentos de prestação de contas relativos ao período que decorreu entre um de Janeiro e trinta e um de Dezembro de 2014, e que constam de Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão.-----

-----Foi também presente o respetivo Parecer do Auditor Externo bem como a Certificação Legal de Contas de 2014 emitido nos termos da alínea e) do nº. 2 do artº. 77º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro.-----

-----Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam no **Movimento Orçamental:---**

-----Saldo da Gerência Anterior – três milhões trezentos e quarenta e sete mil trezentos e setenta e cinco euros e vinte e sete centimos (3.347.375,27 €).-----

-----Receita – oito milhões seiscentos e oitenta e cinco mil duzentos e cinquenta e oito euros e três centimos (8.685.258,03 €).-----

-----Despesa – oito milhões duzentos e cinquenta mil e oitocentos euros e quarenta e três centimos (8.250.800,43 €).-----

-----Saldo para a Gerência seguinte – três milhões setecentos e oitenta e um mil oitocentos e trinta e dois euros e oitenta e sete centimos (3.781.832,87 €).-----

-----Em **Operações de Tesouraria** registou-se:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Saldo da Gerência Anterior – trinta e seis mil quinhentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos (36.566,67 €).-----

-----Entrada – quatrocentos e cinquenta e um mil setecentos e oitenta e sete euros e vinte e um cêntimos (451.787,21 €).-----

-----Saída – quatrocentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco euros e quinze cêntimos (454.665,15 €).-----

-----Saldo para a Gerência seguinte – trinta e três mil seiscentos e oitenta e oito mil e setenta e três cêntimos (33.688,73 €).-----

-----Na **Demonstração de Resultados** verificou-se:-----

-----Custos – nove milhões e dois mil seiscentos e vinte euros e sessenta e oito cêntimos (9.002.620,68 €).-----

-----Proveitos – nove milhões duzentos e vinte e um mil e sessenta e três euros e noventa e três cêntimos (9.221.063,93€).-----

-----**Resultado líquido do exercício** de duzentos e dezoito mil quatrocentos e quarenta e três euros e vinte e cinco cêntimos (218.443,25 €) a incorporar na conta 59 de resultados transitados e a sua distribuição posterior da seguinte forma e de acordo com o ponto 2.7.3.4 e 5 do Decreto – Lei número 59-A/99, de 22 de Fevereiro:-----

-----Conta 571 – Reservas Legais – dez mil novecentos e vinte e dois euros e dezoito cêntimos (10.922,16 €).-----

-----Conta 51 – Património – duzentos e sete mil quinhentos e vinte e um euros e nove cêntimos (207.521,09 €).-----

-----Depois de analisados os documentos, foi deliberado, por maioria com quatro votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr^a. Márcia Maria dos Santos Lopes, aprová-los bem como a proposta de Aplicação de Resultados constante no Relatório de Gestão.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter os mesmos à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de abril nos termos e para efeitos da alínea l), do número 2, do artigo 25º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

9.2.-APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO:-----

-----Nos termos da alínea i) do número 1, do artigo 33º., da Lei número 75/2013, de doze de Setembro, conjugado com o número do 2, do artigo 10º., do Decreto – Lei número 315/2000, de dois de Dezembro, pelo Senhor Presidente foi presente a atualização do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação em trinta e um de dezembro de 2014.-----

-----A Câmara depois de apreciado o documento, deliberou, por unanimidade aprovar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter o mesmo à apreciação da Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de abril nos termos e para efeitos da alínea l), do número 2, do artigo 25º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

9.3.-APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MODIFICAÇÃO POR REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015– PRIMEIRA REVISÃO:-----

-----Considerando a necessidade de dar entrada ao saldo da gerência anterior, pelo Senhor Presidente foi presente, nos termos do ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei nº. 54-A/99, de vinte e dois de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, a proposta de Modificação ao Orçamento de 2015 – Revisão número 1, que apresenta os seguintes valores:-----

-----Saldo da Gerência anterior – três milhões setecentos e oitenta e um mil oitocentos e trinta e dois euros e oitenta e sete centimos (3.781.832,87 €).-----

-----Reforço de Receita corrente – dezassete mil oitocentos e noventa e cinco euros e sessenta



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

cêntimos (17.895,60 €).-----

-----Reforço de despesas correntes – um milhão cento e cinquenta e um mil duzentos e oitenta e oito euros e quarenta e sete euros (1.151.228,47 €).-----

-----Reforço das despesas Capital – dois milhões seiscentos e quarenta e oito mil e quinhentos euros (2.648.500,00 €).-----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a modificação por revisão ao orçamento de 2015 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, nos termos e para efeitos da alínea a) do nº.1 do artº. 25º. Da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.-----

9.4.-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MODIFICAÇÃO POR REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015 – PRIMEIRA REVISÃO:-----

-----Verificando-se a necessidade de novos Projetos nas Opções do Plano corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei número 54-A/99, de vinte e dois de Fevereiro, a proposta de Modificação às Opções do Plano do corrente ano – Revisão número 1, que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de financiamento definido – três milhões quinhentos e noventa e cinco mil e setenta e sete cêntimos (3.595.077,00 €).-----

----- Redução do financiamento não definido - dois milhões duzentos e cinquenta e dois mil e dezanove euros (2.252.019,00 €).-----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a modificação por revisão às Opções do Plano de 2013 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, nos termos e para efeitos da alínea a) do nº.1 do artº. 25º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.5.-PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL A PERSONALIDADES MORTAGUENSES:-----

-----O presente ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

9.6.-AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL Á ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA – LISTAGEM DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a listagem dos compromissos plurianuais assumidos no âmbito da autorização genérica favorável dada pela Assembleia Municipal na sessão de 30 de dezembro de 2013, devendo a mesma ser remetida para conhecimento daquele Órgão deliberativo.-----

-----A Câmara depois de analisar o assunto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), deliberou por unanimidade submeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, a listagem dos compromissos plurianuais cujos respetivos procedimentos se iniciaram ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal a quando da aprovação dos Documentos Previsionais para 2015.-----

9.7.-PROCESSO N.º.245/15.BEVIS (PROVIDENCIA CAUTELAR), TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE VISEU EM QUE É AUTORA TELMA ALMEIDA MARQUES DOS REIS E RÉU MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E MAR CONTRA INTERESSADO A CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação, datada de 14/04/2015, do assessor jurídico do Município, que a seguir se transcreve, sobre o assunto em epígrafe:-----

-----“Assunto: Processo n.º. 259/15.9BEVIS (Providencia Cautelar), Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu em que é autora Telma Almeida Marques dos Reis e réu Ministério da Agricultura e Mar e contra interessado a Câmara Municipal de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Informação:-----

-----Telma Almeida Marques dos Reis, veio instaurar, na sequência da Providência Cautelar nº. 245/15.9 BEVIS que corre termos pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, Ação Especial de Impugnação de Ato Administrativo contra o Ministério da Agricultura e do Mar, indicando como contra interessada a Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Nessa ação especial, a autora pediu a anulação do ato administrativo proferido pelo Diretor Regional Adjunto de Agricultura e Pescas do Centro, que ordenou a demolição da habitação, a demolição dos muros de vedação e suporte, a escavação dos alicerces dos muros e habitação, a escavação do aterro existente na frente da habitação até à cota natural do terreno, o carregamento, e transporte dos materiais resultantes da escavação e da demolição do vazadouro autorizado, com fundamento em vício e violação da lei nomeadamente o disposto no DL nº. 73/2009, de 31 de Março bem como do Princípio da Proporcionalidade nos termos do artigo 18º. nº.2 da Constituição da Republica Portuguesa.-----

-----Entende aquela entidade administrativa que a construção em caus se encontra localizada parcialmente, em mancha da RAN de acordo com o PDM de Mortágua, constituindo essa circunstancia um dos fundamentos do ato administrativo ora impugnado.-----

-----Na contestação do processo nº.520/11.1BEVIS, relativamente ao ato do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro, que ordenou a cessação imediata da construção da mesma habitação, a Câmara Municipal de Mortágua na qualidade de ré, veio alegar que, conforme requerimento apresentado pela autora no pedido de licenciamento da casa de habitação e respetivas peças desenhada, as obras não consubstanciavam uma utilização não agrícola da RAN, pois o solo onde foram executadas não estava aí incluído, não sendo necessário, por esse motivo, a obtenção de parecer vinculativo da entidade administrativa da RAN. Entendeu a Câmara Municipal de Mortágua licenciar a obra e naquela ação judicial, foi referido que o espaço se reportava a construção, constituía Espaço Urbanizável e atualmente, nos termos do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 18º. do PDM, Espaço Urbano.-----

-----Também no processo de contraordenação instaurado por Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, pelo facto de a Câmara Municipal ter licenciado a referida cas de habitação em área que aquela entidade afirmava estar incluída na RAN, que deu origem ao recurso de impugnação da contraordenação 369/13.7TBSCD, que correu termos pelo 2º. Juízo do Tribunal de Santa Comba Dão, a Câmara Municipal veio afirmar nos autos que o espaço onde se localizava a obra não pertencia À RAN. Por sentença proferida naquele processo, foi revogada a decisão da autoridade administrativa e a Câmara Municipal absolvida da contraordenação que lhe era imputada.-----

-----Tendo a Câmara Municipal, naqueles processos, alegado que a edificação, face aos elementos do processo de obras, não se encontrava localizada em espaço da RAN e que não haveria motivo para ser ordenado a cessação da construção, tais fundamentos mantêm-se relativamente à ordem de demolição da mesma habitação, que surgiu na sequência da notificação atrás referida.-----

-----Atento o pedido formulado na ação especial de anulação do ato administrativo praticado pelo Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro de ser anulada a ordem de demolição com o fundamento, entre outros, de autora entender que o prédio em construção não se encontra em localizado em área de RAN, seria contraditório com as anteriores intervenções nos processos citados, a Câmara Municipal vir agora apresentar contestação e assim contradizer o pedido de anulação daquele ato, uma vez que sempre teve o entendimento, manifestado no referido processo nº.520/11.1.BEVIS e no processo de contraordenação objeto de recurso de impugnação nº. 369/13.7 TBSCD, de que o espaço em questão não estava incluído na RAN.-----

-----O prazo de 30 dias acrescido de 5 de dilação para apresentar contestação na qualidade de contrainteresado iniciou-se 23-03-2015 e termina em 6/5/2015.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Dado as anteriores posições assumidas nos processos referidos, sempre a Câmara Municipal entendeu que, face aos elementos que constam do processo de obras, a edificação não estará localizada e em área definida como RAN. Por isso não haverá motivo para contestar, na qualidade de contra interessado, o pedido de anulação da ordem proferida pelo Diretor Regional Adjunto de Agricultura e Pescas do Centro que ordenou a demolição da habitação” -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade não contestar a decisão, considerando o parecer do assessor jurídico.-----

9.8.-PROCESSO DE CONTRA ORDENAÇÃO Nº.CO/002350/11, INSTAURADO PELA INSPEÇÃO GERAL DE AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação, datada de 14/04/2015, do assessor jurídico do Município, que a seguir se transcreve, sobre o assunto em epígrafe:-----

-----“Assunto: Processo de contra-ordenação nº. CO/002350/11, instaurado pela Inspeção Geral de Agricultura, do Mar , do Ambiente e do Ordenamento do Território, que aplicou a coima de €19.250,00, por violação do artigo 81º. Nº.3 alínea c) do DL nº. 226_A/2007, pelo facto de a ETAR de Mortágua se encontrar em funcionamento sem possuir licenciamento em vigor.-----

-----Informação: Foi instaurada contra o Município de Mortágua pela Inspeção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território um processo de contra-ordenação a que foi atribuído o nº. CO/002350/11, sendo-lhe imputado a prática de uma contra-ordenação p.p. pelo artigo 5º. Nº.4 e 14º. nº.1 do DL 152/97, sancionável com a coima de e 2.500,00 € e €44.890,00 , pelo facto de, alegadamente, não terem sido apresentadas análises de qualidade da águas residuais da ETAR de Mortágua, situada em Coval, referentes aos anos de 2009,2010, 2011 e de uma contr-ordenação muito grave p.p. pelo artigo 81. Nº.3 alínea a) do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

DL 226-A/2007 sancionável com a coima de €38.500,00 a €70.000,00 em caso de negligência e de €200.000,00 a €2.500.000,00 em caso de dolo nos termos do artigo 22º. Nº.4 alínea b) da Lei 50/2006 pelo facto de a ETAR de Mortágua no dia 6/09/2011, se encontrar a descarregar efluente tratado para o meio recetor, Ribeira de Mortágua, sem que se encontrasse licenciada desde 31/12/2001.-----

-----Foi apresentada defesa, onde foi demonstrado que, apesar de não terem sido enviadas os relatórios das análises, estas foram efetuadas, atempadamente, nos anos em causa, satisfazendo as águas todos os parâmetros legalmente definidos.-----

-----No que diz respeito ao funcionamento da ETAR sem possuir licença válida e em vigor, foi alegado que o prazo da licença atribuída à estação de tratamento de águas residuais foi prorrogado até 31/03/2007 e que, desde então não foi requerida a prorrogação da licença, o que ocorreu por mero lapso dos serviços que não promoveram, atempadamente, a renovação do alvará emitido, sendo certo que logo que foi detetado o lapso, de imediato se promoveu a obtenção de nova licença, reunindo, mesmo assim, a estação de tratamento de águas residuais em causa, todos os requisitos necessários ao seu funcionamento, pelo que foi, de imediato, deferido o pedido formulado, tendo sido emitida a respetiva licença, a que foi atribuído o número LIC-2011-0794 válida pelo prazo de 2 ano.-----

-----Foi proferida decisão em que foi determinado o arquivamento da contraordenação pelo artigo 5º. nº.4 e 14º. nº. 1 do DL nº. 152/97, sancionável com a coima de €2.500.000,00 a €44.890,00 pelo facto de, alegadamente, não terem sido apresentadas análises de qualidade das águas residuais da ETAR de Mortágua, situada no Coval, referentes aos anos de 2009, 2010, 2011.-----

-----No que diz respeito à contra-ordenação muito grave p.p pelo artigo 81º. nº.3 alínea a) do DL 226-A/2007 sancionável em uma coima de 38.500,00 a 70.000,00 em caso de negligência e de €200.000,00 a 2.500.000,00 em caso de dolo, nos termos do artigo 22º. nº.4 alínea b) da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Lei 50/2006, pelo facto de a ETAR de Mortágua no dia 06/09/2011, se encontrar a descarregar efluente tratado para o meio recetor, Ribeira de Mortágua, sem que se encontrasse licenciada desde 31/12/2007, concluiu a autoridade administrativa que a atuação foi negligente, sendo determinada a atenuação especial da punição por contraordenação, nos termos do artigo 72º. do Código Penal e aplicada uma coima correspondente a metade do mínimo aplicável por negligência, ou seja, de €19.250,00.-----

-----Foi interposto recurso para a Instância Local de Santa Comba Dão do Tribunal da Comarca de Viseu, peticionando a substituição da pena por uma admoestação ou a suspensão da sua execução, tendo sido proferida sentença que manteve a decisão da autoridade administrativa.-----

-----Foi interposto recurso da decisão do Tribunal da Comarca de Viseu, para o Tribunal da Relação de Coimbra que manteve as decisões anteriores.-----

-----O artigo 73º. do DL 433/82 somente prevê a possibilidade de recurso para o Tribunal da Relação das sentenças proferidas em 1ª instância, na sequência da impugnação das decisões da autoridade administrativa. Por sua vez o artigo 75º. nº.1 daquele diploma legal estabelece que a segunda instância apenas conhecerá da matéria de direito, não cabendo recurso das suas decisões.-----

-----De facto foi decidido na Reclamação nº. 308/10.7T2AMD.L1-A.S1 – 5ª. seção do Supremo Tribunal de Justiça o seguinte: “I o acórdão da Relação proferido em processo de contra-ordenação, não suscetível de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, como resulta dos arts.73º., nº.1, e 75º., nº.1 do Decreto-Lei 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº.244/95, de 14 de setembro II. Perante lei especial que regula o regime de recursos em processo de contra-ordenação, não há que apelar às normas processuais penais referentes a recursos”.-----

-----Não se vislumbra que possa ser interposto outro recurso ordinário de forma minimamente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fundamentada”.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade proceder ao pagamento de dezanove mil duzentos e cinquenta euros (19.250,00 €).

10. -LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:

10.1.-PROCESSO N.º. 01/2015/15, CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO CONFINANTE COM A VIA PÚBLICA:

-----O presente ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.

10.2.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC.º. N.º. 01/2012/254 (alínea b), n.º.1, art.º.29.º. RMUET) – Construção de Edifício sede da empresa, armazém e arrumos:

-----Foi presente o requerimento da Borpergás – Comércio e Distribuição de Gás, Lda, contribuinte n.º. 506718417, com sede na Rua do Povo, em Chão Miúdo, Freguesia do Sobral, 3450-334 Mortágua., registado sob o n.º. 225/2015 a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de mil cento e cinquenta e quatro euros e dezasseis cêntimos (1.154,16 €), referente ao licenciamento do Proc.º. 01/2012/254, de construção de edifício sede da empresa, armazém e arrumos, sito em Vila Nova, Freguesia do Sobral.

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29.º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “As empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.

-----Porém com a entrada em vigor da Lei n.º.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º.2 do art.º. 16.º. daquele diploma.

-----Assim , a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de mil cento e cinquenta e quatro euros e dezasseis cêntimos (1.154,16 €) à Borpergás – Comércio e Distribuição de Gás, Ldª. referente ao licenciamento do Procº. 01/2012/254, de construção de edifício sede da empresa, armazém e arrumos, sito em Vila Nova, Freguesia do Sobral.-----

10.3.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2014/294 (alínea c), nº.1, artº.29º. RMUET) – Construção Nova – Muros:-----

-----Foi presente o requerimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua, registado sob o nº. 217/2015 a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de duzentos e dezassete euros e vinte e oito cêntimos (217,28 €) de licenciamento processo nº.1/2014/294, de construção de muro junto ao seu edifício sede.-----

-----Conforme o previsto na alínea c) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “As pessoas coletivas de direito público ou utilidade pública que, por legislação especial, beneficiem de idêntico regime.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua da taxa no valor de duzentos e dezassete euros e vinte e oito cêntimos (217,28 €) de licenciamento processo nº.1/2014/294, de construção de muro junto ao seu edifício sede.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.4.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2014/273 (alínea e), nº.1, artº.29º. RMUET) – Construção Nova – Habitação:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento para isenção do pagamento de taxas de licenciamento previstas naquele Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, e em virtude da moradia unifamiliar a erigir destinar-se a habitação própria e permanente da jovem Suse Catarina de Carvalho Pereira, referente ao processo nº. 01/2014/273, construção nova/habitação, sita Rua Vale da Fonte, Barril, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, com taxa isentar no valor de mil cento e noventa e sete euros e oitenta e seis cêntimos (1.197,86 €) e TMU no valor de quinhentos e dez euros e sete cêntimos (510,07 €).-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara .-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento a Suse Catarina de Carvalho Pereira de taxa de no valor de mil cento e noventa e sete euros e oitenta e seis cêntimos (1.197,86 €) e TMU no valor de quinhentos e dez euros e sete cêntimos (510,07 €), referente ao processo nº. 01/2014/273, construção nova/habitação, sita Rua Vale da Fonte, Barril, União das Freguesias de Mortágua, Vale de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Remígio Cortegaça e Almaça.-----

10.5.-PROCº. Nº. 10.2015.17 DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2015/17 de José Marques da Silva, residente na Rua José Amaro Peçanha, 355, São Paulo, Brasil, com o Cartão de Cidadão nº.14240115 na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 406 no local denominado “Chão da Vila”, sito em Sobral com a área de 18.000 m2 solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação de a favor de António Marques da Silva e Fernanda dos Anjos Marques.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e a informação técnica constante no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável.-----

10.6.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO - Procº. Nº. 08/2015/03 , sito na Rua Principal, em Vale de Carneiro:-----

-----Foi presente o auto de vistoria do edificio em mau estado de conservação, sita na Rua Principal, Vale de Carneiro, Espinho, pertencente a Irene Augusta, residente na Rua Principal, nº.17, em Vale de Carneiro, 3450 – 067 Mortágua, efetuada de acordo com o preceituado na alínea w) do número 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro no qual foram peritos, o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e o Fiscal Municipal Gilberto Simões.-----

-----Tendo em conta a determinação do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99, de dezasseis de Dezembro, e posteriores alterações que comete às Câmaras competência para determinar a execução de obras necessárias e corrigir as más condições de salubridade, solidez



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ou segurança contra o risco de incêndios.-----

-----Considerando que nos termos do número 3, do artigo 89º. do Decreto – Lei número 555/99 conjugado com a alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de setembro, comete às Câmaras Municipais competência para ordenar, precedendo de vistoria, a demolição de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas.-----

-----Assim sendo, foi deliberado, por unanimidade com base no disposto na alínea w), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75, de 12 de Setembro, do número, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 121 e seguintes °. do Código do Procedimento Administrativo, notificar o proprietário para no prazo de 15 dias se pronunciar sobre o seguinte projeto de decisão:-----

-----“A Câmara, considerando o auto de vistoria exarado no processo e que se dá aqui por integralmente reproduzido, deliberou por unanimidade notificar o proprietário do seguinte: O edificado, em claro estado de ruína, deve ser demolido no prazo máximo de 30 dias.-----

-----A zona a intervencionar deve sofrer ações posteriores de limpeza geral seguidas de carga, transporte e descarga de restos e entulhos, a depósito adequado também num prazo limite de 30 dias”.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Município.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Renato Paredes

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----